

PLANO DE ENSINO¹

DISCIPLINA	TEORIA DO DIREITO							
DOCENTE	FERNANDO LEAL							
CÓDIGO	GRDDIR005	PERÍODO	1º	NATUREZA	OBRIGATÓRIA	CARGA HORÁRIA	60h	
EMENTA	Raciocínio jurídico: caracterização e diferenciação; o desafio realista e os limites da lógica formal; neutralidade judicial; normatividade; norma jurídica; competência; validade, vigência, eficácia e o problema do pertencimento; positivismo e não-positivismo; regras: estrutura e modelos de tomada de decisão; problemas de linguagem, sobreinclusão e subinclusão; interpretação extensiva, restritiva, analogia; o trabalho com precedentes; dogmática jurídica; princípios e proporcionalidade; dogmática jurídica.							
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Questionar a existência de um raciocínio tipicamente jurídico; • Desenvolver habilidades para trabalhar com regras, princípios e precedentes no direito; • Conhecer técnicas de interpretação e de justificação de decisões no âmbito do direito; • Conhecer a normatividade e a sua relação com a estrutura e a organização da ordem jurídica; • Problematicar as relações entre direito e moralidade para a identificação do direito válido; • Colocar os alunos em contato com temas e casos atuais de relevância jurídica; • Capacitar os discentes para o raciocínio abstrato; • Despertar a importância para o rigor conceitual; • Estimular o desenvolvimento de críticas internas e externas a teorias; 							
METODOLOGIA	Buscar-se-á permanentemente o desenvolvimento de raciocínio nos alunos, estimulando as suas capacidades analíticas, críticas e a habilidade de percepção da relação entre as discussões teóricas apresentadas em sala de aula e a realidade do direito. As aulas quase que em sua integralidade se desenvolverão a partir de casos e interações, a partir de perguntas, entre alunos e entre esses e o professor serão estimuladas. Privilegiar-se-á, sempre que possível, o contato com literatura primária, permitindo o contato com obras clássicas e atuais de importantes nomes da teoria do direito.							
HABILIDADE	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.						
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.						
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.						
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.						
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.						
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.						
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.						
	Exigência MEC		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.						
	CNE/CES nºx, xx de xxx de xxx		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.						
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.						
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.						
	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
X	<p>Outras: Informar sobre a natureza do direito e componentes da ordem jurídica.</p> <p>Identificar problemas jurídicos a partir do conhecimento da estrutura das normas jurídicas, do sistema jurídico e dos diferentes tipos de argumentos de decisões jurídicas;</p> <p>Conhecer os elementos básicos das decisões jurídicas, suas modalidades típicas de justificação e instrumentos metodológicos que levantam a pretensão de conduzir o processo decisório.</p> <p>Analisar decisões jurídicas concretas a partir dos conceitos instrumentais empregados e das concepções de Direito e do chamado problema da indeterminação jurídica.</p>							
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO								
AULA	TEMA							
1	Apresentação do curso. Metodologia. Leituras. Avaliação							
2	As bases do raciocínio jurídico. Existe uma maneira tipicamente jurídica de pensar? O que a caracteriza? (2 encontros)							

¹ RAS GR FGV 008 N Plano de ensino Disc Obrigatória – REV00 – Elaborado em:

3	Decisão, racionalidade e fundamentação. Em que sentido a decisão jurídica é lógica?
4	Em que medida se pode falar em neutralidade no direito? Raciocínio jurídico e o desafio realista (2 encontros)
5	Normatividade e norma jurídica. O direito como conjunto de relações normativas
6	Os elementos fundamentais da relação jurídica e as fontes de decisão. Direito objetivo e subjetivo.
7	Competência
8	Validade, eficácia e o problema do pertencimento. Início e término de vigência das leis.
9	A tensão entre as dimensões real e ideal do direito e a inclusão de elementos morais entre os critérios de validade. O debate entre positivistas e não-positivistas (2 encontros)
10	Regras: Estrutura e implicações (2 encontros)
11	Regras: problemas de incidência e de aplicação
12	Tipos de normas jurídicas. Regras, princípios e propósitos/políticas
13	A decisão com base em regras. Cânones tradicionais de interpretação: limites e possibilidades.
14	Raciocínio analógico
15	O trabalho com precedentes entre o raciocínio analógico e a aplicação de regras
16	O trabalho com princípios jurídicos.
17	Dogmática jurídica e orientação do procedimento decisório.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Serão realizadas duas provas durante o semestre. Na primeira avaliação é possível que parte da nota seja composta por um trabalho a ser realizado fora da sala de aula. Pelo menos uma das avaliações será realizada com consulta aos textos da disciplina.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	SCHAUER, Frederick. Pensando como um advogado. Trad. Rafael Pitta. Londrina: Troth, 2021. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução do Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas, 2001/2019. KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação Jurídica. Trad. Zilda H. S. Silva. São Paulo: Landy, 2001. KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. São Paulo: Martins Fontes, 2005/2009. DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002. HART, H.L.A., O Conceito de Direito. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005/2009. ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2011.

 Docente responsável

 Coordenadora de ensino da graduação